

## *Uma réplica a Iris Young*

Parece que Iris Young e eu participamos de mundos diferentes<sup>1</sup>. Em seu mundo, não há divisões entre a esquerda social e a esquerda cultural. Proponentes de políticas culturais trabalham em cooperação com proponentes de políticas sociais, ligando demandas pelo reconhecimento da diferença com reivindicações por redistribuição da riqueza. Ademais, virtualmente, nenhum praticante da política de identidade é essencialista, quanto mais autoritário ou chauvinista. Por fim, só raramente demandas pelo reconhecimento da diferença são avançadas como fins em si mesmas; praticamente todas são propostas como demandas socialistas transicionais. Segundo Young, portanto, as divisões que inspiraram meu artigo são artefatos de meu “arcabouço dicotômico”, invenções de minha imaginação.

Na verdade, certamente não fui eu, mas a cultura política “pós-socialista”, que trouxe à tona essas divisões. Eu não imaginei uma marcha sobre Washington de um milhão de negros, na qual nem uma única demanda sócio-econômica foi levantada. Nem imaginei a ampla exaltação da esquerda social

---

<sup>1</sup> Ver Young (1997). [Este texto é uma tradução de “A rejoinder to Iris Young”, publicado na *New Left Review* (1/223, maio-junho de 1997). Direitos autorais concedidos pela *New Left Review*. Traduzido por André Villalobos.]

nos EUA a respeito da fraude do *Social Text*, que se pensava desacreditar o “falso esquerdismo” dos estudos culturais. O que fiz foi construir um arcabouço para analisar as cisões existentes entre política de classe e política de identidade, política socialista ou social-democrática e política multiculturalista. Meu propósito foi o de mostrar que essas divisões se baseiam em falsas antíteses. Apesar da ideologia “pós-socialista”, não estamos, na realidade, em face de uma escolha entre uma coisa ou outra, entre política social e política cultural, redistribuição ou reconhecimento. Em princípio, é possível ter ambas.

Recorde-se o contexto ao qual meu ensaio se referia: orientação para o mercado (*marketization*) em alta e aguda elevação da desigualdade em escala mundial; aparente deslegitimação dos ideais socialistas; proeminência crescente das demandas por reconhecimento das diferenças e relativo eclipse das reivindicações por redistribuição igualitária; desacoplamento entre a esquerda cultural e a esquerda social; e aparente ausência de qualquer visão verossímil de uma alternativa compreensiva à presente ordem. Em meu diagnóstico, diferentemente do de Todd Gitlin e James Weinstein, e também do de Young – que, neste aspecto, é a imagem especular do deles –, a divisão na esquerda não é entre a luta de classes, por um lado, e as lutas de gênero, “raça”, e sexo, por outro. Trata-se, antes, de uma divisão que atravessa esses movimentos, cada qual internamente dividido entre correntes culturais e correntes sociais, entre correntes orientadas para a redistribuição e correntes orientadas para o reconhecimento. Em meu diagnóstico, ademais, a divisão não reflete uma antinomia genuína. É antes possível, em princípio, combinar uma política igualitária de redistribuição com uma política emancipatória de reconhecimento.

Assim, longe de dicotomizar cultura e economia política, eu diagnostiquei seu desacoplamento atual na ideologia “pós-socialista”. Longe de advogar a política de classe contra a política de identidade, refutei a visão de que precisamos fazer uma escolha, de tipo uma coisa ou outra, entre elas. Longe de manufaturar contradições não-existentes, forneci um arcabouço para transcender as divisões políticas existentes. Longe de desprezar movimentos contra o sexismo, o racismo, e o heterossexismo, distingui correntes afirmativas de correntes transformativas no interior desses movimentos, com vistas a mostrar como as demandas por redistribuição e por reconhecimento poderiam ser mutuamente integradas em um projeto político compreensivo.

Young, entretanto, distorce sistematicamente meu argumento. Em uma discussão que é mais tendenciosa do que analítica, ela confunde três níveis de análise diferentes: o filosófico, o sócio-teórico e o político.

No nível filosófico, meu ponto de partida foi a dissociação atual de dois paradigmas de justiça distintos. Um deles, o distributivo, forneceu a abordagem principal para a análise das demandas por justiça ao longo de, pelo menos, 150 anos; nos anos 1970 e 1980, especialmente, ele foi submetido à intensa, e muitas vezes brilhante, elaboração filosófica. O outro paradigma, em contraste, é muito mais novo; centrado no conceito normativo de reconhecimento, ele está sendo atualmente desenvolvido por filósofos como Axel Honneth e Charles Taylor, em grande medida em resposta à política de reconhecimento dos anos 1980 e 1990. Ambos os paradigmas são normativamente poderosos; cada um deles consegue identificar um importante conjunto de demandas por justiça e justificar sua força moral. Mas os dois paradigmas de justiça não se comunicam. Eles estão mutuamente dissociados na filosofia moral contemporânea e precisam ser articulados entre si.

Contrariamente ao que diz Young, eu não inventei esses paradigmas, nem a sua dissociação. Muito menos advoguei uma teoria de justiça dividida em “duas categorias mutuamente exclusivas”. Pelo contrário, coloquei a questão filosófica sobre como deveríamos entender sua relação recíproca. Uma possibilidade é a de que um dos paradigmas possa ser conceitualmente reduzido ao outro; mas ninguém se propôs a fazer isso, e duvido que possa de fato ser feito. Excluindo isso, a abordagem filosófica mais satisfatória é a de desenvolver uma concepção de justiça mais geral e compreensiva que possa abarcar a ambas, distribuição e reconhecimento. Essa é a abordagem buscada em meu ensaio na *New Left Review*<sup>2</sup>.

No nível sócio-teórico, não tratei os processos materiais da economia política como “inteiramente opostos” aos processos simbólicos da cultura. Antes, comecei por onde o capitalismo nos situou, em uma formação social que diferencia arenas e instituições econômicas especializadas e outras arenas e instituições, incluindo algumas designadas como culturais, e do cenário mais amplo que Karl Polanyi chamou “sociedade”. Para iluminar essa formação social, é preciso considerar tanto o fato histórico da diferenciação capitalista entre o econômico e o cultural como a realidade subjacente de

<sup>2</sup> Para uma maior elaboração sobre essa abordagem, ver Fraser (1997a)

sua completa interpenetração. Com essa finalidade, invoquei a distinção cultura/economia de uma forma – analítica – específica. Contrariamente ao afirmado por Young, eu não separo dois domínios institucionais substantivos, economia e cultura, atribuindo redistribuição ao primeiro e reconhecimento ao segundo. Distingui, mais propriamente, duas perspectivas analíticas que podem ser aplicadas a qualquer domínio. Refutando a visão de que cultura e economia constituem duas esferas separadas e mutuamente isoladas, revelei sua interpenetração, investigando os efeitos não-intencionais das demandas culturais e econômicas. O propósito essencial de meu ensaio foi demonstrar que reivindicações culturais têm implicações distributivas, que demandas econômicas incluem subtextos de reconhecimento, e que corremos o risco de ignorar sua influência recíproca. Assim, o que Young rotula como “dicotomia” é, na verdade, uma dualidade de perspectiva<sup>3</sup>.

Essa abordagem, ademais, é consistente com meu trabalho anterior, inclusive com meu ensaio de 1985, sobre Habermas. Nesse ensaio, eu tomo o que fora apresentado como uma distinção institucional substantiva (sistema e mundo da vida) e reinterpreto-a como uma distinção analítica de perspectivas (a perspectiva do sistema e a perspectiva do mundo da vida). Contra o que diz Young, eu não rejeitei simplesmente a distinção; nem critiquei o pensamento dicotômico em geral. Antes, critiquei a confusão de uma importante distinção metodológica analítica com uma distinção institucional substantiva. (Idêntica visão de perspectiva dualística está, de resto, claramente afirmada na passagem sobre política da página 72 de meu ensaio para a *NLR*, citada por Young; afirmo ali que os fenômenos políticos podem ser vistos tanto sob a perspectiva do mundo da vida quanto da perspectiva do sistema). Dessa forma, as duas Nancy Frasers são, na realidade, uma só.

Em toda a sua discussão, Young supõe equivocadamente que formular uma distinção dupla é dicotomizar. Daí a sua insistência, em conflito com a parcimônia científica, em que é melhor cinco do que duas. (É-se tentado a dizer que ela é “descaradamente” adepta do pentágono, uma abominável postura militarista). Naturalmente, a verdadeira questão, nesse caso, não é o número de categorias, mas seu status epistêmico e seu poder explanatório<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Ver Fraser (1997a)

<sup>4</sup> Nesse caso, a própria abordagem de Young é deficiente. O esquema “plural” quádruplo que ela propõe para caracterizar as “opressões de grupo” é um esquema *ad hoc* e insuficientemente teorizado. Misturando indiscriminadamente itens de diferentes regiões do espaço conceitual, ele nada contém que possa ser analisado dos pontos de vista da distribuição, do reconhecimento, ou de ambos. Ver Fraser (1997b).

Mas, nestes termos, as objeções de Young não convencem. Ela não nos dá boas razões para rejeitar, por exemplo, meu contraste entre as correções afirmativas – que alteram a situação dos padrões finais de distribuição e reconhecimento sem perturbar a estrutura subjacente – e as correções transformativas; esse contraste é esclarecedor em dois aspectos. Primeiro, ele nos permite preservar a forma essencial da ideia de socialismo, como algo distinto do Estado de bem-estar liberal, mesmo quando não temos mais clareza sobre como preencher o conteúdo substantivo do socialismo. Segundo, ele revela conexões de outro modo ocultas entre socialismo e desconstrução, por um lado, e entre o Estado de bem-estar liberal e a tendência dominante do multiculturalismo, por outro.

Isso me leva, finalmente, ao nível da política. Contrariamente ao que diz Young, as divisões existentes entre os proponentes de reconhecimento e os proponentes de redistribuição não são simplesmente uma questão de falsa consciência. Elas, mais propriamente, dão expressão, em forma distorcida, a tensões genuínas entre múltiplos objetivos que precisam ser perseguidos simultaneamente nas lutas por justiça social. Os teóricos podem ajudar a esclarecer essas tensões, desde que evitem ser meramente líderes de torcida dos movimentos que apóiam e pensem criticamente a respeito deles. Negar ou minimizar as dificuldades é enfiar a cabeça na areia. Também não é suficiente apontar que alguns dos que pressionam pelo reconhecimento de diferenças culturais esperam, por meio disso, promover reestruturação econômica; é preciso, antes, perguntar se tais esperanças são bem fundadas ou se é provável que venham por água abaixo. Finalmente, também não ajuda a adoção de uma visão de Poliana, acreditando que as tensões no interior dos movimentos sociais progressistas, e entre esses movimentos, serão de, alguma forma, automaticamente resolvidas através de alguma “coalizão” abrangente, com base e conteúdo que não precisam ser especificados.

Meu ensaio defendeu o projeto de integrar o melhor da política socialista com o melhor da política multicultural, reconhecendo, ao mesmo tempo, suas genuínas dificuldades. Em contraposição ao que diz Young, eu não afirmei que redistribuição conflita com reconhecimento. Argumentei, antes, que no contexto histórico atual, as tensões entre várias reivindicações de diferenciação e des-diferenciação (*de-differentiating*) assumem a forma de uma única contradição, que eu chamei de “dilema redistribuição/reconhecimento”. Nesse contexto, demandas por justiça econômica parecem

conflitar necessariamente com reivindicações de justiça cultural. Mas, como procurei demonstrar, a aparência é enganosa. Uma vez que distingamos as abordagens afirmativas das abordagens transformativas, o que parecia uma contradição inelutável dá lugar a uma pluralidade de estratégias possíveis, entre as quais precisamos escolher de maneira reflexiva. Alguns tipos de demanda por reconhecimento, especialmente o “desconstrutivo”, são mais adequados que outros para entrar em sinergia com as reivindicações por igualdade sócio-econômica.

Young naturalmente rejeita esta última conclusão, posto ter escrito o que é essencialmente um libelo em defesa da política afirmativa de reconhecimento. No final das contas, todavia, ela não oferece boas razões para pensar que esse tipo de política pode promover redistribuição transformativa. Eu continuo a acreditar que não pode.

### Referências bibliográficas

- FRASER, Nancy. 1997a. “Social justice in the age of identity politics”. In: *The Tanner Lectures on Human Values*, v. 18, Salt Lake City.
- \_\_\_\_\_. 1997b. “Culture, political economy, and difference”. In: *Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition*. Londres: Routledge.
- YOUNG, Iris Marion. 1997. “Unruly categories: a critique of Nancy Fraser’s dual systems theory”. *New Left Review*, nº 222, p. 147-60.

### Resumo:

O texto é uma resposta às críticas da filósofa política estadunidense Íris Marion Young à presença de uma dicotomia entre distribuição e reconhecimento na proposta de Nancy Fraser. Neste texto, Fraser sustenta que as divisões e oposições entre aspectos econômicos e culturais são produto do capitalismo e estão presentes nas divisões existentes entre os teóricos da nova esquerda americana. Sua posição é, portanto, a de questionar essas oposições, mostrando a permeabilidade entre o econômico e o cultural a partir do que chama de dualismo perspectivo. Defende que não é necessário escolher entre políticas identitárias e de classe. O texto repõe, ainda, críticas presentes em outros textos da autora que situam a posição de Íris Marion Young no campo das teorias do reconhecimento e da diferença, levando a uma posição que Fraser entende como afirmativa e não transformadora.

**Palavras-chave:** Iris Marion Young; diferença; distribuição; reconhecimento; transformação; afirmação.

**Abstract**

The article is a reply to the criticisms of the American political philosopher Iris Marion Young concerning the presence, in Nancy Fraser's proposal, of a dichotomy between distribution and recognition. In this text, Nancy Fraser sustains that the divisions and oppositions between economic and cultural aspects are a product of capitalism, and are present in the divisions that exist between the theorists of the American new left. Her position is, then, that of questioning these oppositions, showing the permeability among the economic and the cultural from what she calls a perspective dualism. She argues that it is not necessary to choose between identity and class politics. The article also reaffirms Fraser's criticisms, present in other of her texts, situating Young's approach in the field of the theories of recognition and difference, conducing to what she considers to be an affirmative, and not transformative, position.

**Key words:** Iris Marion Young; difference; distribution; recognition; transformation; affirmation.